



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Acelerar nos trabalhos de criação do regime de mediação em Macau

A pouco e pouco, o conceito de mediação tem vindo a ser conhecido pela sociedade, especialmente, perante o constante aumento do volume de processos e da pressão que os tribunais enfrentam. A sociedade tem vindo a encarar muitos conflitos nos âmbitos do consumo e da família e, se estes conflitos forem resolvidos através de processos judiciais, isto irá levar muito tempo, sendo isto um grande encargo para os interessados. Por exemplo, a mediação pode diminuir os danos a causar no relacionamento entre os cônjuges, e esta medida pode prevenir que os filhos menores sejam afectados, criando condições para que ambos os cônjuges tenham uma maior responsabilidade na vida dos menores.

Em Macau, não dispomos de uma lei sobre mediação e, ao longo dos anos, eu tenho vindo a sugerir a criação de um regime de mediação de problemas familiares, mas os avanços sobre esta matéria foram relativamente poucos. O Governo tinha afirmado que queria implementar, em primeiro lugar, o regime de mediação dos assuntos civis e comerciais, e depois criar um regime especial para a mediação de problemas familiares, no entanto, o regime de mediação dos assuntos civis e comerciais ainda não foi apresentado à Assembleia Legislativa. Com vista a promover o regime de mediação de problemas familiares, a Associação das Mulheres e a Associação de Mediação Familiar de Macau já começaram a iniciar os respectivos trabalhos, nomeadamente, um plano de mediação de problemas familiares e respectivas acções de formação para os seus mediadores. E mais, tendo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

em conta os problemas conjugais transfronteiriços, estas associações têm vindo a iniciar trabalhos de mediação transfronteiriços entre Macau e Zhuhai, no entanto, muitos destes trabalhos necessitam de uma base legal.

É de reparar que, com o aprofundamento do desenvolvimento na Grande Baía, irão registar-se cada vez mais relacionamentos, quer a nível civil e comercial quer a nível familiar. Nas Linhas de Acção Governativa (LAG) para o presente ano, o Governo afirmou que vai promover activamente a criação de uma Plataforma de Mediação da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, e participar nos trabalhos das respectivas comissões existentes nesta zona, mas, se repararmos no Interior da China e em Hong Kong, estas duas regiões já criaram regimes legais para estas matérias, enquanto Macau ainda se encontra em branco, e a sociedade está preocupada que isso possa afectar a criação da Plataforma de Mediação da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo respondeu a uma interpelação minha, em Setembro passado, sobre os trabalhos legislativos para o regime de mediação e afirmou que: *“Em articulação com o progresso da construção da Plataforma de Mediação da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o passo seguinte é desenvolver atempadamente as acções de produção legislativas relativas ao regime de mediação por parte do Governo da RAEM, (...), coordenando e tendo em consideração o planeamento geral dos projectos legislativos do Governo da RAEM”*. As LAG apontaram que os referidos trabalhos iam estar finalizados no 4.º trimestre de 2022, assim, com vista a que o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

regime de mediação em Macau se possa integrar no da Grande Baía, os trabalhos legislativos para o regime de mediação em Macau vão iniciar-se ao mesmo tempo?

2. Nos últimos anos, com o apoio da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça e do Instituto de Acção Social, as instituições cívicas iniciaram o “Plano de mediação dos problemas familiares”, assim como se criou um grupo de mediadores específicos para a área familiar, assinando com a associação das mulheres do Interior da China um memorando de cooperação para estas matérias, tendo ainda sido finalizado o primeiro curso de formação de mediadores de problemas familiares em Macau, criando assim uma equipa para estas matérias. Tendo em conta o aumento das necessidades deste serviço, o Governo dispõe de mais medidas concretas com vista a apoiar os mediadores das associações cívicas no serviço de mediação, para além das existentes?

2 de Dezembro de 2021

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Kit Cheng